

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Diretoria Jurídica**C.I 227/2024****INTERESSADO:** CCONT**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DA FERRAMENTA SOLICITA PRO, DO INSTITUTO DE NEGÓCIOS PÚBLICOS

Prezado Sr. Diretor Presidente,

A necessidade de qualificar, capacitar e prover os empregados públicos da APPA de informações e conhecimento necessário para o exercício correto de suas funções já está consolidada. Na seara de licitações e contratos, então, esse ponto é indiscutível, dada a responsabilidade que tais empregados assumem quando são encarregados de exercer qualquer dos atos necessários ao andamento de um processo de contratação, do início ao fim.

O Tribunal de Contas da União – TCU, já de longa data vem reconhecendo a necessidade de qualificação e capacitação dos agentes/empregados públicos para garantir que o servidor/empregado conte com os pressupostos profissionais e técnicos necessários para bem desempenhar a função para a qual foi designado:

Acórdão nº 1.709/2013 – TCU – Plenário Acórdão

(...)

9.1.3. institua política de capacitação para os profissionais do (omissis), de forma regulamentada, com o objetivo de estimular o aprimoramento de seus recursos humanos, especialmente aqueles correlacionados com as áreas de licitações e contratos, planejamento e execução orçamentária, acompanhamento e fiscalização contratual e outras áreas da esfera administrativa, de modo a subsidiar melhorias no desenvolvimento de atividades nas áreas de suprimentos/compras, licitações/contratos e recebimento e atesto de serviços.”

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Diretoria Jurídica

Não sem motivo essas recomendações, uma vez que a atuação em sede de licitações e contratos exige do empregado a tomada de uma infinidade de decisões, que impactam o caminhar de toda a contratação. É necessário agir com precisão e certeza, garantir qualidade e preço, ter agilidade e eficiência. Isso somente se adquire se o empregado estiver munido do conhecimento necessário para bem executar suas funções.

No dia a dia, o empregado precisa conhecer e aplicar o regime jurídico da contratação pública, que é complexo, repleto de leis, decretos, instruções e outros atos que coexistem e que devem ser concomitantemente aplicados. Não bastasse, há grande variedade de objetos, soluções e serviços que rotineiramente são contratados, os quais envolvem, muitas vezes, regramentos específicos. Além disso, a maior parte dos problemas e desafios não se resolve na literalidade da lei. Por isso, é preciso contar com as interpretações doutrinárias, orientações dos órgãos de controle e muitas vezes com análises específicas e pontuais.

Dentro dessa realidade, o empregado público deve garantir a eficiência da contratação, assegurar a observância da legalidade no processo e se prevenir de responsabilizações decorrentes da inobservância de deveres e obrigações.

A melhor forma de assegurar a eficiência do trabalho, o melhor investimento dos recursos públicos, a tomada de decisões mais seguras, de diminuir os riscos envolvendo o uso do dinheiro público, além de minimizar a possibilidade de responsabilizações e condenações é, sem sombra de dúvidas, o investimento em conhecimento.

O Grupo Negócios Públicos apresenta soluções em matéria de qualificação, capacitação e suporte e orientação técnico jurídica, e, quando se fala em licitações, contratos, contratação direta, governança, gestão de riscos, compliance e temas correlatos, é referência nacional.

Umas das soluções do Grupo Negócios Públicos é o serviço Sollicita. O Sollicita engloba, em uma única plataforma online: (i) um grande

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Diretoria Jurídica

acervo de informações técnicas para pesquisa, como artigos doutrinários, decisões dos Tribunais de Contas, dos órgãos judiciários, notícias, entre outros (ii) orientação jurídica, que envolve tanto um número delimitado de consultorias contratadas, para que a Administração sane suas principais dúvidas, diretamente, por escrito, com o corpo técnico do Grupo Negócios Públicos, quanto o acervo ao banco de consultas selecionadas, já respondidas; (iii) capacitação continuada, que engloba a disponibilização dos vídeos das palestras realizadas nos maiores eventos de contratação pública do país, que são realizados pelo Grupo Negócios Públicos, como Congresso Brasileiro de Pregoeiros, Pregão Week, Contratos Week, Congresso Brasileiro de Compras Públicas, Congresso Brasileiro de Governança, além de vários webnares, lives, podcasts e da transmissão ao vivo de algumas palestras na hora em que estão acontecendo, nos eventos; (iv) quatro periódicos, quais sejam: Licicon (publicação técnico jurídica mensal, com conteúdo completo e exclusivo sobre licitações e contratos), Negócios Públicos (destinada aos setores públicos federal, estaduais e municipal, contém temas de extrema relevância para a prática dos servidores na área de licitações e compras públicas), O Pregoeiro (a revista O Pregoeiro é um guia útil com foco na modalidade licitatória do tipo pregão, com informações e entrevistas adicionais sobre licitações em geral como RDC, SRP, entre outros) e Governança Pública (abordagem inédita e inovadora sobre governança pública) (v) modelos de editais, contratos, termos de referência, manuais, listas de verificação, estudos técnicos preliminares e outros documentos; (vi) analisador de balanço financeiro; (vii) banco de fornecedores; (vii) banco de penalidades, (viii) contador de prazos, entre outras funcionalidades.

Um diferencial, e serviço opcional, dentro do Sollicita, é o serviço de orientação jurídica. Ao contratar esse serviço, a Administração conta com um corpo técnico altamente qualificado para auxiliar na resolução dos mais variados e complexos problemas em matéria de contratação pública. Além disso, pode ter acesso a um banco de consultas já respondidas e formatadas como material de apoio, disponível na plataforma. Veja, na condução dos processos de

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Diretoria Jurídica

licitações e contratos muitas são as dúvidas e as dificuldades, que muitas vezes são inéditas e que precisam ser rapidamente solucionadas. As alterações legislativas e o volume de entendimentos dos órgãos de controle e da jurisprudência potencializam as polêmicas. Pela diversidade e abrangência do tema, a solução para essas situações nem sempre está pronta. O serviço de orientação jurídica, que pode ser ofertado dentro do produto Sollicita, é um suporte valioso na tomada das decisões, porque é totalmente personalizado, atende à situação específica eventualmente trazida pela APPA, por meio da construção de uma solução. Cada solução é construída e é exclusiva, elaborada com qualidade pelo corpo jurídico exclusivo do Grupo. O corpo jurídico da consultoria do Grupo Negócios Públicos é liderado por uma das maiores palestrantes na área de contratação pública, Larissa Panko, que acumula anos de vivência com os mais variados assuntos, problemas e polêmicas na seara da contratação pública. Assim, o Grupo está preparado para auxiliar a Administração na criação e condução das soluções necessárias para os mais complexos problemas vivenciados.

Nesse toar, cumpre dizer que o serviço de orientação jurídica se coloca como apoio, suporte à tomada de decisões. **Não se trata de fazer as vezes da assessoria jurídica da APPA**, mas de apoiar, munir de informações, trazer uma opinião, trocar ideias e ampliar a gama de possibilidades de soluções para um determinado problema, considerando a vivência e experiência específicas vivenciadas pelo corpo técnico do Grupo, no assunto contratação pública, nas suas mais variadas nuances.

Outro grande diferencial da ferramenta, exclusivo, são os conteúdos de capacitação, por meio do acesso ao conteúdo das palestras ministradas nos melhores eventos sobre contratação pública do país, com os mais renomados palestrantes (Ministro Aroldo Cedraz, Ministro José Augusto Nardes, Ministro Benjamin Zymler Joel de Menezes Niebuhr, Daniel Ferreira, Marcus Bittencourt, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Renato Fenili, Jair Santana, José Anacleto Abduch, Jonas

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Diretoria Jurídica

Lima, Larissa Panko, entre inúmeras outras autoridades em matéria de contratação pública, no país).

O conjunto ofertado faz do Sollicita a melhor solução do país em matéria de contratação pública, a mais completa, a de maior eficiência, sendo concebida e comercializada exclusivamente pelo Grupo Negócios Públicos.

Nessa toada, o art. 30. II, “f”, §1º da lei 13.303/2016 dispõe, in verbis:

*Art. 30. A contratação direta será feita quando houver **inviabilidade de competição**, em especial na hipótese de:*

(...)

*II - Contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, **com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:*

- a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;*
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;*
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;*
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;*
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;*
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;***
- g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico.*

(...)

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

(...)

§ 3º O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Diretoria Jurídica

I - Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - Razão da escolha do fornecedor ou do executante;

III - justificativa do preço.

Quando se decide pela contratação por inexigibilidade de licitação, que é uma exceção, deve-se ter como fundamento a ausência de competição entre os possíveis fornecedores de bens e serviços de que necessita o contratante. Logo, adotando-se esse procedimento, deverá ele estar sempre devidamente fundamentado, especialmente quanto à justificativa da escolha do fornecedor e a justificativa do preço da contratação.

Como a escolha do particular que prestará serviços de natureza intelectual e singular não ocorre por meio de um critério objetivo, o particular a ser contratado deve deter **notória especialização**, de modo que sua experiência permita à Administração presumir que sua atuação será a mais adequada na execução de serviço.

O detentor de notória especialização inspira a confiança necessária para minimizar o risco envolvido na contratação, isto é, faz presumir a execução de um serviço satisfatório, de qualidade inquestionável, justamente porque já é notoriamente reconhecido pelo mercado. Entende-se que aquele que detém notória especialização conta com um conjunto de fatores e condições que proporciona ao contratante a confiança de que ele é o mais adequado para a executar o objeto da contratação.

Com mais de 18 anos de atuação, o Grupo possui hoje os 5 (cinco) maiores eventos na área de compras públicas, com recordes sucessivos de públicos: Congresso de Pregoeiros, Contratos Week, Pregão Week, Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições e o Congresso Brasileiro de Compras Públicas. As gravações dos principais eventos do Grupo Negócios Públicos estão disponíveis para assinantes SOLLICITA PRO na ferramenta de capacitação.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Diretoria Jurídica

Possui quatro periódicos temáticos, de amplo alcance e que trata mensalmente dos assuntos mais importantes e atuais, em pauta no cenário nacional e regional, em matéria de contratação pública: Licicon, O Pregoeiro, Negócios Públicos e Governança Pública.

Portanto, no caso em tela, o que se pretende é a contratação da ferramenta Sollicita PRO, do Instituto Negócios Públicos, conforme demais especificações e elementos contidos no termo de referência, **amoldando-se na hipótese legal descrita acima, eis que se trata de ferramenta ofertada por instituição notoriamente especializada.**

Ainda, em que pese a prescindibilidade da realização de certame, o §3º do artigo 30 da Lei 13.303/16, dispõe que o processo de contratação direta deverá ser instruído com a justificativa do preço praticado pelo fornecedor/executante.

Ao tratar da justificativa do preço, o Tribunal de Contas da União dispõe no seguinte sentido:

*“A justificativa de preço em contratação decorrente de inexigibilidade de licitação (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) **pode ser feita mediante a comparação do valor ofertado com aqueles praticados pelo contratado junto a outros entes públicos ou privados, em avenças envolvendo o mesmo objeto ou objeto similar**”. (Acórdão 2993/2018 - Plenário, Rel. Min. Bruno Dantas)*

Compulsando a proposta enviada pelo Instituto de Negócios Públicos, verifica-se que o valor do investimento anual é de **R\$ 15.700,00 (quinze mil e setecentos reais)**:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Diretoria Jurídica

6. INVESTIMENTO ESPECIAL PARA CONTRATAÇÃO

Sollicita Pro - Plano Diamante	
Sollicita Orientações	22
Solicitantes*	2
Orientações preços/ano	R\$ 12.600,00
Ferramentas de gestão capacitação e pesquisa	13 logins
Ferramentas preço/ano	R\$ 3.100,00
Anos de contratação	
Investimento total***	R\$ 15.700,00

* Solicitantes: Pessoas autorizadas a entrar em contato com o corpo técnico Sollicita Orientações.

*** Resguardo direito ao reajuste de prorrogação do contrato.

O preço praticado no mercado pode ser verificado nos contratos realizados com (ambos anexos):

- I. **Prefeitura Municipal de Jataí;**
- II. **Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região; e**
- III. **Universidade Estadual de Goiás;**

À título exemplificativo, seguem os seguintes excertos:

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Diretoria Jurídica

ESTADO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAI
C.N.P.J.: 01.165.729/0001-80

01

- D E O F -
DOCUMENTO DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

- ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO -
CERTIFICADO DE REGULARIDADE
Certifico para os devidos fins que a presente
despesa foi atestada

CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO
MAISA ASSIS DA SILVA NERY

1 - IDENTIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 - CÓD.	1.2 - DOCUMENTO	1.3 - FONTE DE RECURSOS	1.4 - NÚMERO
361112	NOTAS DE EMPENHO	Recursos Não Vinculados de Impostos / Recurso	4
1.5 - DATA DE EMISSÃO 27/03/2024	1.6 - NÚMERO DO PROCESSO 0016640/24	1.7 - TIPO ORDINÁRIO	1.8 - FICHA 0043.000
1.9 - SALDO ANTERIOR 39.887,31	1.10 - EXERC. 2024	1.11 - ÓRGÃO 03	1.12 - UND. 02
1.13 - FUNC. 04	1.14 - PROG 0439	1.15 - SUBFUN 122	1.16 - P/A 2.002
1.17 - NAT. DESPESA 3.3.90.40.17	1.18 - FONTE / DESTINAÇÃO 100.000	1.19 - VALOR 15.700,00	1.20 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA GABINETE DO PREFEITO
1.21 - SALDO ATUAL 24.187,31	1.22 - PROJETO / ATIVIDADE MANUT.ATIV.SEC.EXECUTIVA GABINETE DO PREFEITO	1.23 - REQUISIÇÃO	

2 - DADOS DO BENEFICIÁRIO OU RECOLHEDOR

2.1 - NOME EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA	2.1 - CPF OU CNPJ 06.132.270/0001-32
2.3 - ENDEREÇO R. LOURENÇO PINTO, 196	2.4 - MUNICÍPIO CURITIBA
2.5 - UF PR	

3 - HISTÓRICO

3.1 - ESPECIFICAÇÃO Despesa c/ Contrato nº 75/2024 de contratação de plataforma eletrônica completa de pesquisa, capacitação, orientação e atualização diária de informações p/ atender a Sup. de Licitações e Contratos. (Inexigibilidade de Licitação nº 10/2024; Proc. Adm. 13228/24).	
3.2 - CERTIFICADO	
4.1 - VALOR DO DOCUMENTO POR EXTENSO (QUINZE MIL E SETECENTOS REAIS)	4.2 - VALOR 15.700,00

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Diretoria Jurídica



Data e hora da consulta: 15/05/2024 19:46

Usuário: ***.296.48

Impressão Comp. 16/05/2024

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
80011	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
03.773.524/0001-03	RUA BARAO DE JAGUARA, 901 CENTRO	13015-001
Município	UF	Telefone
CAMPINAS	SP	(19) 3231-9500 R. 2401, 2413, 2404

Ano	Tipo	Número
2024	NE	1129

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	168074	1027000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
15/05/2024	Ordinário	PROAD07842/2024	-	15.700,00

Favorecido

Código	Nome
06.132.270/0001-32	SOLLICITA NEGOCIOS PUBLICOS LTDA

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Diretoria Jurídica

Contrato nº 035/2023 - UEG

Processo nº 202300020008878

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2023 - UEG, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS E A EMPRESA EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA ME. NA FORMA A SEGUIR:

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG, instituição de ensino, pesquisa e extensão, criada pela Lei Estadual nº 13.456/1999, transformada em autarquia estadual por força da Lei Estadual nº 16.272/2008, mantida pela Lei Estadual nº 20.491/2019, inscrita no CNPJ/MF nº 01.112.580/0001-71, estabelecida à Rodovia BR-153, Quadra Área, KM 99, na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, neste ato representada pelo seu Reitor, conforme Decreto de 29 de junho de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás nº 23.581 de 29/06/2021, Prof. **ANTÔNIO CRUVINEL BORGES NETO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 3249252 SESP/GO e do CPF nº 786.584.461-15, residente e domiciliado em Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, doravante denominada **CONTRATANTE**, do outro lado a empresa **EDITORA NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 06.132.270/0001-32, situada à Rua Izabel a Redentora, nº 2356 Edf. Loewen, Sala 118 na cidade de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador, Sr. **RUDIMAR BARBOSA DOS REIS**, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, natural de Santa Maria/RS, empresário, residente e domiciliado em Curitiba/PR, à Rua Deputado Heitor Alencar Furtado 3315, Apartamento 20, Campo Comprido, CEP 81.200-528, portador da Carteira de Identidade nº 4.086.763-5 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 74.460.249-68, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente termo aditivo que será regido pela Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Estadual nº 17.928/2012 no que couber, Lei Estadual nº 18.672/2014 e Lei Complementar Estadual nº 144/2018, de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 023/2023, processo administrativo nº 202300020008878, nas condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo ao Contrato nº 035/2023, referente à contratação de plataforma online, para consultas de orientações jurídicas sobre licitação e contratos administrativos, incluindo disponibilização de vídeos e materiais para treinamento e capacitação de servidores, tem por escopo a prorrogação do prazo de vigência por mais um período de 12 (doze) meses. Alteração da Cláusula Sexta e da Cláusula Décima Oitava do Contrato Original.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

I - Cláusula Sexta - Da vigência

Fica prorrogado por mais um período de 12 (doze) meses o prazo de vigência do Contrato nº 035/2023, estendendo sua validade até 12/06/2025.

II - Cláusula Décima Oitava - do Foro

Elege-se o Foro da Comarca de Anápolis para quaisquer medidas judiciais necessárias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO

Pelo presente instrumento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o seguinte valor:

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNITÁRIO	V
01	01	Unidade	Assinatura (PLANO) - Contratação de plataforma online, para consultas de orientações jurídicas sobre licitação e contratos administrativos, incluindo disponibilização de vídeos e materiais para treinamento e capacitação de servidores.	R\$ 13.200,00 (24 orientações técnicas)	1
				R\$ 2.500,00 (13 logins para acesso à plataforma de conteúdo, capacitação e pesquisa)	

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR GLOBAL DO TERMO ADITIVO

12.1 O valor global do presente instrumento será de R\$ 15.700,00 (quinze mil e setecentos reais).

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Diretoria Jurídica

Dessa forma, o preço se encontra devidamente justificado e restou demonstrada a vantajosidade da proposta exclusiva encaminhada pelo Instituto de Negócios Públicos para a contratação da respectiva plataforma SOLLICITA PRO.

Por fim, compulsando o Regulamento de Licitações e Contratos da APPA, verifica-se que o art. 80 dispõe sobre a forma de instrução, no que couber, dos processos de contratação direta. Com a finalidade de demonstrar o preenchimento dos requisitos e regularidade da contratação, elaborou-se a tabela abaixo colacionada:

Art. 80 O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos mínimos:	
I – Estudos preliminares com elaboração de projeto básico, para obras de engenharia, e termo de referência, para compras e serviços, ambos aprovados de forma fundamentada pela Diretoria do setor requisitante e com indicação do dispositivo do RILC aplicável;	Não se aplica, objeto não relacionado com obras, serviços ou compras de engenharia.
II – Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;	Não se aplica, a contratação não se dá em caráter emergencial.
III – razões da escolha do fornecedor ou do executante;	Justificativa da escolha do fornecedor constante na C.I. em tela e no termo de referência.
IV – Justificativa do preço, inclusive com apresentação de orçamentos ou da consulta de preços de mercado	Justificativa de preço constante na C.I. em tela.
V – Declaração de disponibilidade orçamentária.	Será verificada pela DAF em momento oportuno.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Diretoria Jurídica

VI – Parecer técnico, seguido de parecer jurídico, emitidos sobre a dispensa ou inexigibilidade, conforme o caso;	Os pareceres são posteriores à autorização da contratação pelo Diretor da pasta requisitante.
VII – no caso de dispensa em razão do valor, expressa indicação do valor estimado para a contratação, será dispensada nestas hipóteses a análise pela área jurídica da APPA, desde que a Diretoria do setor requisitante assim ateste e seja autorizada pelo Diretor Presidente;	Não se aplica, eis que a contratação será por inexigibilidade, nos termos do art. 30. II, “f”, §1º da lei 13.303/2016.
VIII – documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, qualificação técnica e econômico-financeira, justificadamente exigíveis de acordo com o objeto contratado.	Documentos devidamente juntados ao protocolo.
IX - Termo de Referência ou Projeto Básico, conforme o caso, contendo a indicação da necessidade que deverá ser atendida pela contratação; a descrição completa do objeto; orçamento estimativo; obrigações do Contratado e da Contratante; prazos de execução; condições para o recebimento do objeto; sanções pelo inadimplemento, entre outras pertinentes;	Termo de Referência anexo, constando todos os requisitos elencados neste inciso.
§1º Nos casos de contratação direta por inexigibilidade de licitação a justificativa de preços poderá ocorrer meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pelo	Justificativa de preço constante na C.I. em tela.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Diretoria Jurídica

proponente em contratações similares celebradas junto a órgãos e entidade públicas ou privadas;	
§2º Nos casos de contratação direta por dispensa de licitação a justificativa de preços deverá ocorrer por meio da juntada de 3 (três) propostas comerciais capazes de preencher os requisitos necessários para a celebração da contratação pretendida;	Não se aplica, eis que a contratação será por inexigibilidade, nos termos do art. 30. II, “f”, §1º da lei 13.303/2016.
§3º Nas contratações diretas por inexigibilidade de licitação a prova da exclusividade do contratado poderá ser feita por atestados ou documentos equivalentes emitidos preferencialmente pelo órgão de registro do comércio do local; por entidades sindicais; por associações de classe; pelo fabricante, na hipótese de representante exclusivo; por consultas realizadas com outras empresas dedicadas ao mesmo ramo de atividade econômica ou que atuem na mesma área de especialização; por especialistas ou centros de pesquisa; ou por outras pessoas idôneas.	Não se aplica, eis que a contratação será por inexigibilidade, nos termos do art. 30. II, “f”, §1º da lei 13.303/2016

Demonstrada a regularidade do procedimento, a fim de preencher todos os requisitos para regularidade da autorização da contratação direta pela Administração, sugere-se a seguinte tramitação:

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Diretoria Jurídica

- a. Encaminhamento à DJU para aprovação do Termo de Referência;
- b. Encaminhamento à DPR para autorização da fase interna do procedimento;
- c. Encaminhamento à COLIC para análise e providências;
- d. Encaminhamento à CSUPR para as diligências necessárias, especialmente junto ao sistema GMS;
- e. Encaminhamento à DAF para verificação de disponibilidade orçamentária;
- f. Retorno do protocolo à DJU para juntada da minuta contratual e parecer jurídico acerca da regularidade da contratação direta por inexigibilidade de realização de certame licitatório;
- g. Encaminhamento à DPR para autorização da DIREXE;
- h. Demais providências atinentes às contratações diretas;

Paranaguá, 31 de outubro de 2024.

MARCOS PAULO MARCONDES JUNIOR
ASSESSOR DA DIRETORIA JURÍDICA
Assinado digitalmente



ePROTOCOLO

COMUNICAÇÃO INTERNA 8342/2024.

Documento: **Cln227.2024NegociosPublicos.FerramentaSollicitaPRO.Inexigibilidade..pdf.**

Assinatura Simples realizada por: **Marcos Paulo Marcondes Junior (XXX.151.619-XX)** em 31/10/2024 09:06.

Inserido ao documento **981.594** por: **Marcos Paulo Marcondes Junior** em: 31/10/2024 09:06.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:

e7a54155bff4d80185b0b48062d8d2c6.